

METODOLOGIA SÓCIO-HUMANIZADORA E OS DESAFIOS DOS TEMPOS ATUAIS NA EDUCAÇÃO

Laelson Saraiva¹

RESUMO

Este artigo teve como objetivo geral, desenvolver uma pesquisa bibliográfica sobre a metodologia sócio-humanizadora e a partir dela, apontar os principais desafios dos tempos atuais na educação, buscando neste modelo mais humanizado, não desvincular as atividades pedagógicas da própria formação humana, cidadã, crítica e reflexiva dos alunos, é que as páginas seguintes deste artigo trazem os resultados obtidos desta pesquisa que escolheu as teorias mais condizentes para essa apresentação e desenvolvimento deste artigo. Portanto, sendo elaborado por meio de revisão bibliográfica, o mesmo trouxe em suas páginas os resultados destas pesquisas entre teóricos e estudiosos sobre como a educação pode e deve ser um processo humanizado, as teorias que apontam justamente para esta característica, quando as escolas optam por trabalhar juntamente com a comunidade local, com a sua própria comunidade, com projetos que visem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, observando a participação de todos a formação global dos alunos, em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Palavras-Chave: Educação. Humanidade. Escolas.

SUMMARY

This article's general objective was to develop a bibliographical research on the socio-humanizing methodology and, based on it, point out the main challenges of current times in education, seeking in this more humanized model, not to disconnect pedagogical activities from the human formation itself, citizenship, critical and reflective of the students, is that the following pages of this article bring the results obtained from this research that chose the most suitable theories for this presentation and development of this article. Therefore, being prepared through a bibliographical review, it brought in its

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais - UNIMAIS (PPGE- UNIMAIS). Professor Efetivo da Secretaria de Estado da Educação/SEDUC/Goiás. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3342952354940935> Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5666-1652> E-mail: laelson.moura@aluno.facmais.edu.br



pages the results of these researches between theorists and scholars on how education can and should be a humanized process, the theories that point precisely to this characteristic, when schools choose to work together with the local community, with your own community, with projects that aim to improve the quality of the teaching and learning process, observing everyone's participation in the overall formation of students, in favor of a fairer and more inclusive society for all.

Keywords: Education. Humanity. Schools.

1.



1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste artigo, sobre a metodologia de uma educação denominada sócio-humanizadora, que, dentro de seus princípios, aponta para atuações diversas e que contam com pessoas além dos professores e outros profissionais que estão diariamente nas escolas, com essa tarefa habitual de ensinar e promover o conhecimento entre os alunos.

Quando se trata de humanização, de se levar novos conceitos para dentro das salas de aula, se aborda sobre a atuação da comunidade escolar, da sociedade que está em torno da instituição de ensino, de iniciativas das mais diversas e que contribuem para que essa visão mais humanizada, para que as ações que se desenvolvam em benefício dos alunos, possam acontecer em meio a atividades diferenciadas.

A participação constante de diversos atores, marca este modelo humanista dentro da educação, dentro da proposta escolar e de seus docentes, que sempre estão à frente dos trabalhos desenvolvidos com os alunos, mas que, a partir deste pensamento de abrangência da responsabilidade em formar novos cidadãos, se estende a novas participações.

Profissionais dos mais diversos, familiares, voluntários, todos se tornam convidados a estarem juntos nesta caminhada para tornar a educação, a formação escolar, um processo que aconteça dentro de novas perspectivas, que, sendo humanizadas, também se colocam como a apontar para uma nova sociedade, a qual seus participantes colecionam, desde cedo, experiências e vivências que os levem a considerar as outras pessoas em seu cotidiano.

Tendo como objetivo geral, desenvolver uma pesquisa bibliográfica sobre a metodologia sócio-humanizadora e a partir dela, apontar os principais desafios dos tempos atuais na educação, buscando neste modelo mais humanizado, não desvincular as atividades pedagógicas da própria formação humana, cidadã, crítica e reflexiva dos alunos, é que as páginas seguintes deste artigo trazem os resultados obtidos desta pesquisa que escolheu as teorias mais condizentes para essa apresentação e desenvolvimento deste artigo.

Após estas pesquisas, dividiu-se, portanto, o artigo em duas partes, sendo que na primeira se reflete sobre a participação da comunidade dentro da escola, suas principais características e objetivos nesta escolha de modelo e abordagem pedagógica. Seguido do



segundo tópico que trata da escola que precisa ser de todos, através da prática de projetos, método de ensino e aprendizagem muito promissor e já testado em muitas unidades escolares, com bons resultados.

Sendo, que não pretendo esgotar o tema, mas apresentando-o da melhor maneira e deixando boas reflexões sobre o mesmo é que se inicia o seu primeiro tópico, a seguir.

3 PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DENTRO DA ESCOLA

Escola e comunidade é um tema que sempre entra na pauta das discussões acerca do desenvolvimento das práticas educativas, mesmo porque não há escola sem a comunidade e vice-versa. A sociedade é parte essencial dos processos escolares mesmo porque é para ela que a escola forma seus alunos, futuros cidadãos que farão parte de todo um contexto social que envolve tanto a participação dos mesmos no mercado de trabalho, na vida em família, em suas ações sociais de um modo geral.

De acordo com Dourado organizador dos cadernos Progestão (2001):

A escola é constituinte e constitutiva da sociedade em que está inserida. Isso significa que não dá para pensá-la de forma independente da realidade social. As ações desenvolvidas na escola refletem o momento histórico que a sociedade está vivendo. Assim, a escola torna-se mais real, mais atuante, quanto maior for o número de sujeitos sociais participando ativamente do seu cotidiano. Ela tem um papel importante na organização da sociedade, mas também se modifica em função da sociedade (DOURADO, 2001, p.42).

O processo educativo não pode acontecer longe da realidade que o cerca, longe da contribuição que cada um pode oferecer a formação escolar de cada aluno que futuramente será um cidadão que também poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida tanto de si mesmo quanto de outras pessoas. Trata-se de um ciclo positivo em que as contribuições recebidas nos tempos da escola são retribuídas depois que esse tempo termina.

A escola está para a sociedade assim como a sociedade está para a escola. São indissociáveis e por isso precisam caminhar juntas. Conforme Delors (1999, p.97) “A educação tem por missão (...) levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta”. Este é um dos papéis mais importantes que se aplicam à escola. Nesse espaço, além do processo de ensino-



aprendizagem também ocorrem outras transformações entre elas a do desenvolvimento do senso crítico dos alunos tornando-os capazes de refletir sobre o que acontece à sua volta.

Desse modo, todo e qualquer sistema escolar, ao oferecer a formação a seus alunos também conclui outros objetivo que é o de contribuir para a sociedade através da melhoria do nível cultural e crítico de seus alunos levando-os finalmente a uma formação e qualificação profissional condizentes com que esta mesma sociedade espera.

A escola aperfeiçoa de cada um de seus educandos tanto para atender as demandas técnicas e profissionais quanto para que ele também exerça seu papel de cidadão da melhor forma possível. Diante disso, a escola tem um objetivo social e para alcançá-lo, precisa abrir as portas para esta mesma sociedade que é representada por profissionais ou pessoas que desejam contribuir com esta formação dos alunos, que podem ser seus filhos ou não (TEODORO, 2001).

A participação da sociedade, principalmente de pessoas que possam ampliar os saberes já adquiridos na escola, realiza uma troca muito importante e interessante entre estas pessoas e os alunos. Pois, ao expor sobre sua profissão, ao levar mais conhecimentos e informações aos alunos estes compreenderão o valor que a escola tem para que se alcancem tais saberes. A escola deixa de ser um espaço até mesmo sem sentindo ganhando maior amplitude entre estes alunos (TEODORO, 2001).

O incentivo da participação social na escola, com isso, cria novas motivações aos alunos, professores e até mesmo a toda comunidade escolar que também convive com a rotina da escola e percebe as necessidades da diversidade no modo de ensinar e aprender que vai se criando ao longo dos tempos. Como já citado, há aí neste processo muitas transformações, mas que precisam ser planejadas e bem-intencionadas como bem afirma Freire (1991, p.84) ao dizer que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”. A escola nunca se colocará à frente das questões sociais, mesmo porque não é sua função primordial, mas o que acontece em seu interior, influencia diretamente nas conquistas ou fracassos de um povo.

Pessoas mal preparadas para a vida, profissionais incompetentes sem condições para atuar em suas áreas, cidadãos sem senso crítico do que é a vida em sociedade, de quais são seus direitos e deveres, promovem a queda de um povo, tornam o lugar onde se vive, um espaço insustentável em todos os sentidos. Só se assiste o real desenvolvimento,



tanto nos aspectos tecnológico, profissional, cultural e até mesmo moral, quando a escola faz o papel diante de tudo isso.

É nesse campo de atuações e expectativas que surge com uma certa urgência os espaços para a autonomia da escola em poder abrir suas portas para qualquer pessoa que deseje contribuir para essa melhoria na qualidade do ensino e ao mesmo tempo, da sociedade, desenvolvendo pois, um modelo mais humanista já que a partir dessa iniciativa pode-se promover o progresso através de atividades que abram caminho certo na conquista de resultados que tendem a ser apenas benéficos a todos (FREIRE, 1991).

De acordo com Silva (2006, p.72) “pensar políticas em grandes blocos é um grande equívoco. Faz-se necessário considerar as particularidades, os sujeitos a serem envolvidos [...]”. Portanto, quando a escola parte para este tipo de ação e pensamento em que se compromete em conciliar suas práticas com a participação social, ela deve pensar de forma interna e não para chamar a atenção de outras escolas ou pessoas.

O foco sempre precisa ser os alunos e o que eles irão absorver com essa participação, quais serão os resultados alcançados com essa participação que ao mesmo tempo sendo política deve ser descentralizada de qualquer outro fim que não seja o voltado ao sistema escola e suas metas. Este é um aspecto negativo que muitas gestões acabam por promover dentro das escolas. As ações pedagógicas devem ser sempre para promover a conscientização dos alunos de forma livre e com vistas à participação de todos e não de grupos fechados que possam ser beneficiados com este tipo de projeto, misturando assim educação e outras questões.

Portanto, a autonomia da escola deve ser plena e para que ela exerça sua democracia não pode desempenhar seu trabalho por meio de imposições, sejam elas quais forem. Mesmo diante de alguns radicalismos ainda é possível haver harmonia entre as políticas educacionais e a autonomia da escola pública sendo estas voltadas plenamente ao que se pode e deve realizar em seu interior em prol do aluno e sua formação e não, em prol de outros interesses (FREIRE, 1999).

A participação social mediante sua importância para o processo educativo perpassa pelos conceitos da contribuição, pois, a participação é intrínseca ao ser humano, mas infelizmente, ainda conta com interesses escusos em seu meio, o que deve ser muito observado pelos gestores da escola. Um projeto não pode ser criado para prejudicar os alunos em sua formação intelectual, lhes criar pensamentos errados ou de manipulação (BORDENAVE, 2004).



Participar deve ser tão natural quanto qualquer outra atividade humana e sempre com objetivos claros, como bem explica Bordenave (2004, p.12) “participar significa influenciar pessoas ou os rumos da realidade com a qual está envolvido”. No ambiente escolar as relações de poder também são exercidas tanto interna quanto externamente, cabe o senso de responsabilidade nesse sentido, observando sempre as consequências dos programas estabelecidos e que envolvem atores sociais.

Muitas vezes, as relações dentro das escolas e tornam complexas e até difíceis, tendo em vista que muitas pessoas estão ali para decidir por qual tipo de participação ou não em alguma atividade. Diante disso, cabe a comunidade escolar desenvolver sua autonomia nesse momento, pois são as pessoas que estão nas escolas todos os dias que melhor entendem sobre o que é positivo ou negativo nesse modelo de participação. Este pode ser considerado um dos aspectos denominados de humanização dentro do processo escolar e os projetos podem ser um dos caminhos promissores para alcançar esta realidade (RODRIGUES, 2001).

3 A ESCOLA DE TODOS: INSERINDO NOVOS PROJETOS

Sendo a escola um espaço de todos, entende-se que a mesma possui papel fundamental em promover esta totalidade em todos os sentidos. Os atores sociais, as famílias, todos têm espaço participativo dentro das instituições de ensino e por isso, torna-se necessário fazer deste espaço um lugar de inclusão e não, de exclusão seja social ou educativa.

Os novos projetos da educação para todos, aponta para uma escola da diversidade, tanto cultural, quanto social, racial, de crenças e também daqueles que foram privados durante muitos séculos do convívio social por terem algum tipo de deficiência, distúrbio ou necessidades educacionais especiais. Trata-se assim, de abrir os portões das escolas para quem quer que seja, para quem realmente deseja fazer parte deste mundo do saber onde várias relações acontecem e promovem algo muito benéfico para a sociedade: a compreensão das diferenças e da necessidade de se conviver com elas, o respeito mútuo e a solidariedade (NADAL, 2005).

De acordo com Mendes (2005, p.85) “A inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdades e direitos iguais e o estabelecimento de princípios de equidade”. Essa concepção aponta para uma perspectiva



de uma sociedade democrática e na compreensão do caráter social das relações, considerando a capacidade humana de desenvolver valores de dignidade e cidadania, de respeitar esses pressupostos e de modificá-los na construção do processo social.

Com isso, a definição de cidadão que integra o contexto político social e cultural do qual faz parte não se limita apenas à sua mera existência, nem as limitações ou capacidades humanas como condições inalteradas, mas o reconhece em suas potencialidades nas mais diversas esferas de atuação permitindo a eles um lugar digno em meio a sua comunidade, em meio a convivência que não é e nem pode ser restrita a qualquer cidadão.

Assim, uma nova organização pública fundamentada nos princípios da inclusão requer mudanças na sociedade e nas condições que a mesma proporciona e disponibiliza através de oportunidades, passando a considerar a diferença como elemento constitutivo da cidadania, como afirma Santos (2005, p.30) “Entre as ruínas que se escondem atrás das fachadas, das portas das escolas e das casas, podem pressentir-se os sinais por enquanto vagos, da emergência de um novo paradigma. Vivemos, pois um tempo de transição paradigmática”. Ou seja, não se pode mais compactuar com a exclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência no meio social, pois as mesmas são cidadãs da mesma forma.

Além disso, não se pode também compactuar com a exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, sejam elas de que intensidade for, dentro das escolas regulares, privando-lhes o direito do livre acesso à educação de qualidade, a sua socialização e também a convivência em espaços que não sejam apenas os restritos como até então lhes era imposto, antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB – Lei 9.394/96 que abriu as portas para as matriculas de alunos com essas características.

Assim, em seu Título III se aborda sobre “Do Direito à Educação e o Dever de Educar” lê-se em seu art. 4º item III que:

Art. 4º - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

A partir deste momento deu-se início a uma nova forma de pensar e de agir com as crianças, jovens e adultos que possuíam qualquer tipo de demanda neste sentido. Que eram excluídas das escolas regulares por enfrentarem deficiências físicas ou mentais por



vários motivos, entre eles pela falta de estrutura que estas escolas não tinham para recebê-los, de políticas públicas mais efetivas nesse sentido e da formação do professor, que também passou a ser garantida na mesma lei.

Para Santos (2005, p.34) “De forma simultânea, abordar a educação contextualizada na visão de sociedade e humanidade como expressão plural da diversidade exige compreender o significado da política como ação coletiva de transformação para a valorização das diferenças e reconhecimento dos sujeitos”. Enfim, é preciso mudar, encontrar novos métodos e novas práticas para que cada vez mais essas pessoas excluídas por longos períodos tanto da escola quanto do convívio social, tenham sua oportunidade de se inserir completamente e se tornarem verdadeiros cidadãos.

Neste sentido, o debate sobre a escola inclusiva está cada vez mais presente provocando uma redefinição da política pública para a construção de sistemas educacionais inclusivos que garantam o acesso pleno, sem nenhum tipo de discriminação em razão de condição econômica, social, cultural, racial, física, mental, sensorial ou linguística.

Em seu aspecto pedagógico, a educação para todos tem suas bases dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, atualmente os documentos mais importantes dentro da escola no que tange às orientações e considerações feitas sobre o trabalho do professor em todos os seus aspectos, também possui em seu acervo, os PCN's direcionados as adaptações curriculares com as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo os PCN's, (BRASIL, 1998, p.18) “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais”. Desta forma, com a mudança da sociedade a escola também deve abraçar a mesma causa se transformando em uma instituição acolhedora destas crianças que, mais do que quaisquer outras, precisam do carinho e da atenção de todos e não apenas do professor, dentro da sala de aula.

Nesta perspectiva que a escola e cada um de seus profissionais, virão a cumprir o seu papel, relevantes por sinal, viabilizando de maneira efetiva e eficaz, o propósito da educação inclusiva. Os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos



alunos, levando em conta de que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que privilegiam não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações.

Isso leva a um aspecto ligado à diversidade que está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, sem nenhuma restrição, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. Explica Carvalho (1997, p.48) que “A escola, diante deste prisma deverá buscar a consolidação do respeito às diferenças, mesmo que não elogie a desigualdade, pois as diferenças passando a ser vistas não como obstáculo facilitam o cumprimento da ação educativa, podendo e devendo ser fator de enriquecimento”.

Para responder as questões colocadas para a época atual, cabe à educação compreender a realidade, questionar regras aceitas e ousar resistir à lógica das desigualdades sociais, da competitividade, da incerteza e da insegurança. Para isso, toda a comunidade escolar, a sociedade em geral, os professores, as famílias e todos os atores sociais para passaram a fazer parte de toda a dinâmica que hoje é a escola e seus fazeres, precisam se comprometer com este e outros projetos.

A escola é de todos e para todos, indistintamente e para isso, as mentes e os corações precisam se abrir para esta amplitude que a escola ganhou, sendo responsáveis acima de tudo em suas atuações, mesmo porque, ser democrático e participativo exige muito de cada um que faz ou ajuda a fazer a educação nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa realizada, entende-se a importância da humanização dentro das escolas, direcionando este aspecto, à inclusão e a tantos outros processos que precisam acontecer para que todos, sem qualquer tipo de discriminação, possam ser acolhidos dentro do espaço escolar, dentro das propostas de formação cidadã e de capacitação de novos cidadãos, para uma sociedade melhor e mais justa.

Quando a sociedade local, a comunidade, as pessoas que acompanham o processo educativo, sejam elas os pais, os profissionais que convivem no meio social, os voluntários que sempre estão oferecendo seu tempo para melhorar a qualidade da educação, com atividades diversas nas escolas, quando todos estes se engajam nos projetos pedagógicos, a educação se expande e alcança novos rumos, promove mudanças importantes.



As metodologias sócio-humanizadoras, portanto, são todas aquelas que agregam valores, pessoas e ações dentro do ambiente escolar e a partir dessas iniciativas, promovem mudanças importantes e que fazem a diferença no produto final que são os alunos e o que eles levarão para as suas vidas, em meio a todas essas iniciativas.

Portanto, após todas as pesquisas realizadas e a composição deste artigo que buscou trazer os resultados das revisões bibliográficas entendidas como as mais acertadas para compor este artigo a partir do tema proposto, é que se pode dizer que em se tratando de uma pedagogia humanizada, humanista, enfim, toda a ação docente que se volte para o bem-estar dos seus alunos e de todos na escola, que esta somente acontece quando todos podem participar, quando todos se comprometem para que essa mudança realmente aconteça e todos possam ganhar com ela.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan. E. Diaz. **O que é participação**. 2ed. São Paulo, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DELORS, Jackes. **Educação: um tesouro a descobrir**. 3ed. São Paulo: Cortez. 1999.

DOURADO, Luis Fernandes. **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Módulo II. Brasília: ConseD – Conselho nacional de secretários de educação, 2001.

FREIRE, Paulo Reglus. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MENDES, K. I. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2005.

NADAL, Beatriz Gomes. **A dinâmica do ensino-aprendizagem na sala de aula**. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC. 2005.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n o 76, Outubro/2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/MpfHNQQRp5c4LBvN4pgPpwJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: mar 2023.

SANTOS, Mônica Pereira. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro**. São Paulo: Integração, 2005.

SILVA, José M. **A autonomia da escola pública**. 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

TEODORO, António. **Educar, promover, emancipar**. Lisboa, PT: Edições Universitárias Lusófonas, 2001.